

20 ANOS DE BRICS: RELAÇÃO CHINA-ÍNDIA E O PAPEL DIPLOMÁTICO DO BRASIL

O nó geopolítico do BRICS em suas duas décadas: a desconfiança estratégica entre China e Índia, os desafios de segurança coletiva e o papel do Brasil como mediador para a estabilidade do Sul Global.

Carlos Alexandre Klomfahs*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

O presente artigo aborda genericamente os 20 anos do BRICS, com foco na complexa relação entre a China e a Índia, com importância estratégica global – enquanto as duas civilizações mais antigas e potências emergentes centrais do bloco.

Exploramos suas interdependências, desafios fronteiriços e desconfiança estratégica, ressaltando como o Brasil, com sua tradição diplomática de construção de consensos, pode atuar como mediador para fortalecer o multilateralismo e a confiança mútua no Sul Global.

1. INTRODUÇÃO

O BRICS E O DILEMA DA SEGURANÇA COLETIVA

No artigo *The Promise of Collective Security* (1995), Charles e Clifford Kupchan defendem a ideia de que a segurança coletiva pode oferecer uma alternativa viável ao equilíbrio de poder tradicional. Eles argumentam que, em vez de os Estados dependerem apenas de alianças temporárias e da lógica competitiva da anarquia, é possível construir arranjos institucionais duradouros nos quais todos se comprometem a agir contra qualquer agressor, independentemente de quem seja.

O texto destaca que a segurança coletiva exige confiança mútua, normas compartilhadas e mecanismos institucionais capazes de garantir credibilidade às promessas de defesa comum. Os autores reconhecem os desafios práticos, como a relutância dos Estados em abrir mão de autonomia e o risco de deserção, mas sustentam que, se bem implementada, a segurança coletiva pode reduzir a probabilidade de guerra e criar uma ordem internacional mais estável e cooperativa.

Essa reflexão teórica é particularmente pertinente para compreender os 20 anos do BRICS. Em 23 de setembro de 2006, à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova York, os chanceleres de Brasil, Rússia, Índia e China formalizaram o que viria a ser um dos mais influentes mecanismos de cooperação do século XXI.

Originalmente um acrônimo cunhado pelo economista Jim O'Neill em 2001 para designar economias de rápido crescimento, o grupo transcendeu o conceito de mercado e se consolidou como uma plataforma política que em 2011, com a entrada da África do Sul, passou a representar a voz do mundo em desenvolvimento na governança global.

Ao celebrarmos duas décadas de existência, o BRICS ampliado – agora com novos membros e parceiros – enfrenta o desafio de equilibrar os interesses de seus integrantes mais poderosos: China e Índia.

A relação entre esses dois gigantes asiáticos, marcada por uma história milenar de intercâmbio e por tensões fronteiriças modernas, é o nó geopolítico que o bloco precisa desatar para que a promessa de uma ordem cooperativa, nos termos de Kupchan, não se dissolva na lógica realista do equilíbrio de poder. Nesse cenário, o Brasil emerge como um ator diplomático fundamental, capaz de oferecer a ponte para a confiança e a estabilidade.

2. CHINA E ÍNDIA: CIVILIZAÇÕES MILENARES, DESTINOS INTERLIGADOS

A China e a Índia são as duas civilizações contínuas mais antigas do mundo, mas apresentam trajetórias demográficas e sociais distintas que criam uma interdependência estratégica única.

Enquanto a China enfrenta um envelhecimento populacional acelerado (idade mediana de 41,1 anos) e uma força de trabalho em retração, a Índia desfruta de um bônus demográfico com idade mediana de 29,8 anos.

IDADE MEDIANA: CHINA VS. ÍNDIA

Disparidade demográfica entre as duas potências asiáticas



CHINA

41,1 anos



ÍNDIA

29,8 anos

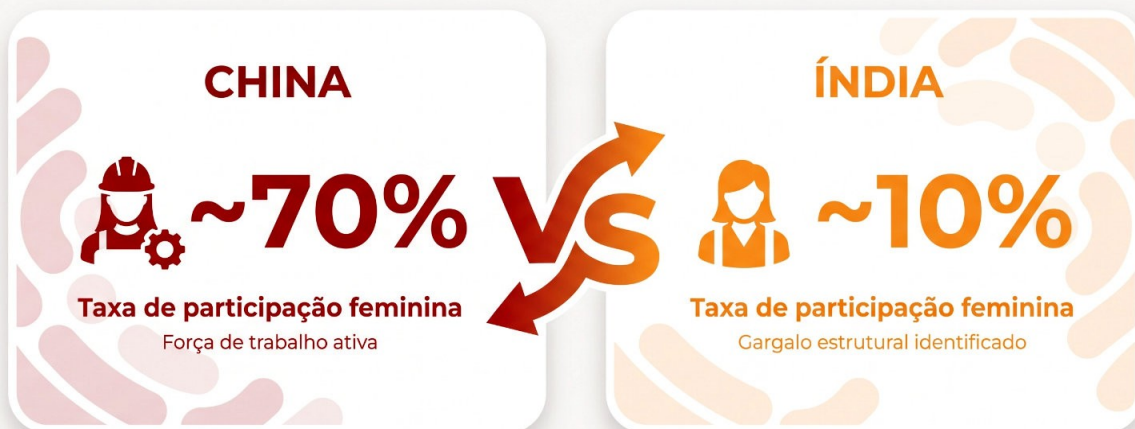
Fonte: Dados demográficos atualizados

Enquanto Pequim enxuga sua força de trabalho e busca automatizar setores inteiros para compensar a queda populacional, Nova Délhi sente o impulso de uma população jovem que, se bem direcionada, pode sustentar décadas de crescimento. A janela indiana, contudo, tem prazo de validade: o bônus demográfico só se converte em vantagem real quando acompanhado de investimento em educação e infraestrutura.

Teoricamente, a China poderia suprir sua escassez de mão de obra com o potencial jovem indiano, mas a Índia enfrenta gargalos estruturais. A baixa taxa de participação feminina no mercado de trabalho indiana (historicamente beirando os 10%) contrasta com os quase 70% da China, evidenciando desafios culturais que precisam ser superados para que o potencial demográfico se converta em capital humano produtivo.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Comparativo China vs. Índia — Gargalo estrutural no bônus demográfico



Fonte: Dados estruturais dos mercados de trabalho

O número de 7% de participação feminina na Índia é talvez o mais revelador gargalo do país. Por trás dele há barreiras culturais profundas – patriarcado, normas sociais rígidas, ausência de redes de apoio familiar – que impedem que metade da população contribua para a economia. Enquanto isso, a China demonstra que a incorporação massiva de mulheres ao mercado é um dos pilares mais eficazes de desenvolvimento econômico sustentado.

INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E COMERCIAL

Apesar das tensões, os laços econômicos são profundos. A Índia depende da China para insumos industriais e investimentos em infraestrutura, enquanto a China vê na Índia um mercado consumidor colossal para seus produtos e serviços. A retomada de voos diretos e a facilitação do turismo são sinais de uma tentativa de aproximação.

PRINCÍPIOS DIPLOMÁTICOS E DIFERENÇAS CULTURAIS

Os princípios diplomáticos mais importantes para a China e para a Índia são os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, conhecidos na Índia como Acordo Panchsheel. Propostos em conjunto por ambos os países em 1954, eles estabelecem:

1. Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial.
2. Não agressão mútua.
3. Não interferência nos assuntos internos alheios.
4. Igualdade e benefício mútuo.
5. Coexistência pacífica.

OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Acordo Panchsheel — Proposto em conjunto por China e Índia em 1954



O Panchsheel é, paradoxalmente, um dos legados mais duradouros e mais violados da diplomacia sino-indiana. Seus princípios soam como uma utopia quando se observa a disputa em Ladakh ou o cerco estratégico em curso. Ainda assim, o fato de ambos os países reconhecerem esses cinco pilares como fundamento bilateral abre uma porta, por estreita que seja, para a construção de confiança institucional.

Embora compartilhem essa base histórica, os dois gigantes asiáticos adaptaram suas doutrinas para o cenário global atual, como veremos a seguir.

CHINA

A rigor, a diplomacia chinesa moderna é fortemente pautada pela defesa da soberania absoluta e por sua centralidade no Sul Global. Seus pilares incluem:

Princípio de Uma Só China: Pequim exige o reconhecimento de Taiwan como parte inalienável de seu território e rejeita qualquer interferência externa.

Governança Global (IGG): Foco no multilateralismo e no respeito ao estado de direito internacional, muitas vezes para contrapor a influência ocidental.

Comunidade de Futuro Compartilhado: Iniciativa do governo chinês para cooperação econômica, paz e conectividade com países em desenvolvimento.

ÍNDIA

Em princípio, a política externa indiana destaca-se pela busca de uma autonomia estratégica, recusando alinhamentos fixos e atuando como uma ponte entre o Ocidente e o Sul Global. Seus princípios centrais são:

Não Alinhamento: A Índia prioriza seus interesses nacionais conversando com múltiplos

blocos (como os BRICS e o Quad) sem se subordinar a superpotências.

Ahimsa¹ e Resolução Pacífica: Raízes na filosofia hinduísta, promovendo a não violência e a resolução de conflitos por via do diálogo.

Democratização das Relações Globais: Defesa ativa de uma reforma das Nações Unidas, buscando maior representação das nações em desenvolvimento.

DOUTRINAS DIPLOMÁTICAS COMPARADAS	
Pilares da política externa de China e Índia	
 CHINA	 ÍNDIA
Princípio de Uma Só China Reconhecimento de Taiwan como território inalienável	Não Alinhamento Autonomia estratégica, sem alinhamentos fixos
Governança Global (IGG) Multilateralismo contra influência ocidental	Ahimsa e Resolução Pacífica Diálogo e não violência, raízes hinduístas
Comunidade de Futuro Compartilhado Cooperação econômica e conectividade	Democratização das Relações Globais Reforma da ONU, maior representação

A tabela revela a raiz da assimetria estratégica. A China projeta-se como arquiteta de uma ordem global alternativa ao Ocidente; a Índia recusa-se a entrar em qualquer bloco hegemônico, incluindo o chinês. Essa incompatibilidade de visões, uma que constrói sistemas, outra que preserva autonomia, é o motor silencioso das tensões que o BRICS tenta gerenciar.

Além disso, no âmbito cultural, a China é marcada pelo pragmatismo, secularismo estatal e forte centralização. A Índia, por outro lado, é profundamente espiritual, pluralista, descentralizada e marcada pela diversidade étnico-religiosa. Diplomáticamente, equilibram uma intensa cooperação multilateral (BRICS) com tensões de fronteira no Himalaia, adotando “autonomia estratégica” frente às disputas entre EUA e China.

Ressalte-se também que algumas diferenças culturais persistem, senão vejamos:

Foco Filosófico: A cultura chinesa é pragmática e voltada para a vida prática, harmonia social e respeito ao Estado. A indiana é historicamente voltada para a vida interior, a espiritualidade e o misticismo.

Diversidade Linguística: A China possui o mandarim como língua unificadora, apesar dos

1 Ahimsa é uma palavra em sânscrito que significa “não violência” ou “não causar dor”, sendo um princípio ético e moral central nas filosofias orientais que prega o respeito absoluto à vida, estendendo-se a pensamentos, palavras e ações contra qualquer ser vivo.

dialetos. A Índia é um “continente linguístico”, com o hindi no norte e línguas dravídicas (como o tâmil) no sul, reconhecendo mais de 20 línguas oficiais.

Cosmovisão e Sociedade: O conceito chinês é influenciado pelo confucionismo, dando grande ênfase à coletividade, hierarquia e submissão ao imperador/estado. A Índia é marcada pelo hinduísmo e sua estrutura histórica de castas, promovendo uma grande tolerância para comportar uma sociedade multiétnica e descentralizada.

DIFERENÇAS CULTURAIS E FILOSÓFICAS

Matrizes civilizatórias que moldam a política externa de China e Índia

CHINA	ÍNDIA
 Foco Filosófico: Pragmatismo, harmonia social, respeito ao Estado	 Foco Filosófico: Espiritualidade, vida interior, misticismo
 Diversidade Linguística: Mandarim como língua unificadora	 Diversidade Linguística: 20+ línguas oficiais, continente linguístico
 Cosmovisão: Coletividade, hierarquia, submissão ao Estado	 Cosmovisão: Multiétnica, descentralizada, tolerância plural

As diferenças culturais não são mero detalhe folclórico. Elas moldam a maneira como cada país percebe ameaça, cooperação e legitimidade internacional. O pragmatismo confucionista da China privilegia resultados mensuráveis e controle estatal; o pluralismo hinduísta da Índia valoriza o equilíbrio entre múltiplas vozes internas, mesmo que isso enfraqueça a velocidade de decisão. Na diplomacia, essas matrizes se traduzem em estilos incompatíveis de negociação.

3. OS BASTIDORES DA DESCONFIANÇA: FRONTEIRA, SEGURANÇA E INFLUÊNCIA GLOBAL

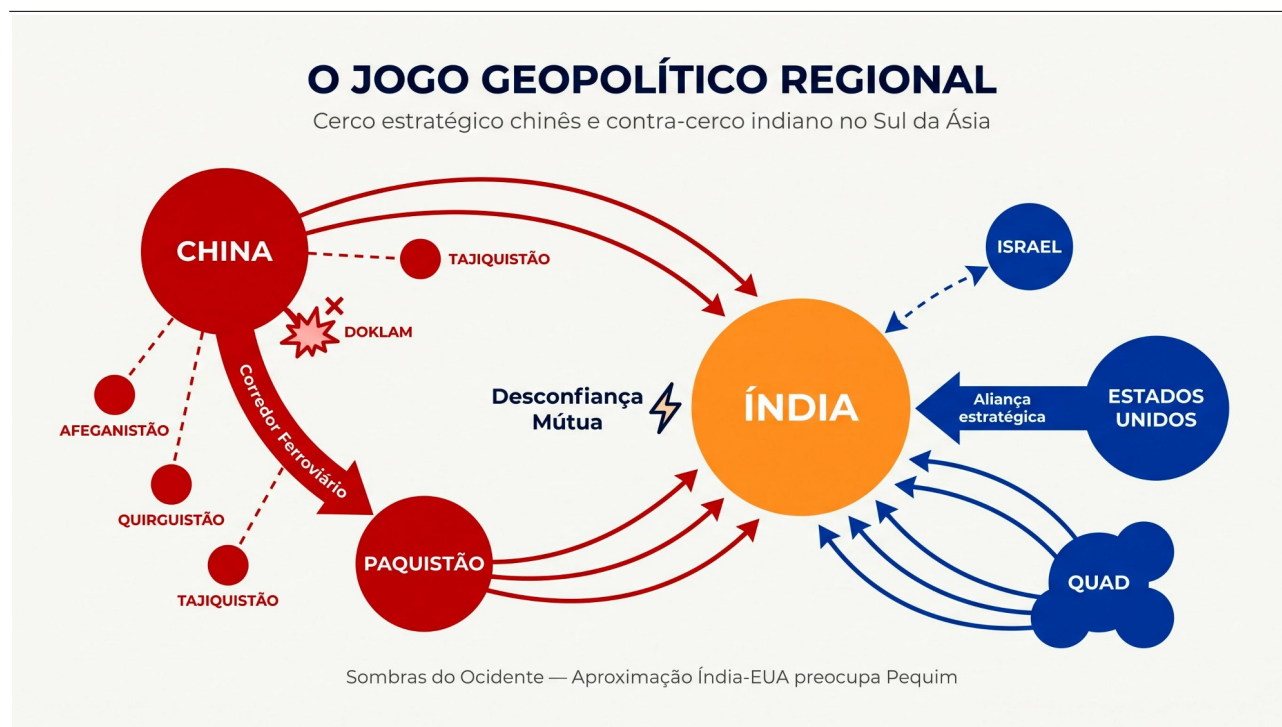
Com base nos estudos e pesquisas, dentre outros, entende este autor que o principal obstáculo para uma relação estratégica de longo prazo entre Pequim e Nova Délhi é a profunda desconfiança mútua, alimentada pelas razões que veremos a seguir.

QUESTÃO FRONTEIRIÇA

Onde as disputas territoriais na região do Himalaia, como a de Doklam e na Caxemira, são o ponto mais sensível da relação. Incidentes militares recorrentes mantêm os exércitos em alerta e dificultam a normalização completa das relações.

JOGO GEOPOLÍTICO REGIONAL

A China parece jogar o “Go” geopolítico, cercando a Índia, isso porque a construção de corredores ferroviários e sua influência no Paquistão, no Afeganistão, no Quirguistão e no Tajiquistão criam um cerco estratégico inegável. Por outro lado, a Índia, aproximando-se dos Estados Unidos e de Israel, busca conter a influência chinesa através de alianças e, especula-se, apoiou movimentos políticos em Bangladesh e no Nepal.



O mapa expõe o tabuleiro em que o “Go” geopolítico é jogado. A China avança por corredores de infraestrutura (Paquistão, Afeganistão, Ásia Central) cercando a Índia por três lados. Em resposta, Nova Délhi busca refúgio no Quad, nos EUA e em Israel. O resultado é uma região onde qualquer incidente de fronteira pode escalar para um confronto entre duas potências nucleares, com consequências inimagináveis.

A SOMBRA DO OCIDENTE

Portanto, *ictu oculi*, pode ser que a China desconfie da aproximação da Índia com os Estados Unidos e o Reino Unido. Suponho que, para Pequim, seja fundamental que a Índia não sirva como “cavalo de Troia” do Ocidente no bloco, não transfira tecnologias sensíveis (como semicondutores e IA) e não pratique espionagem industrial.

Apoio essa conclusão no que afirmou recentemente o embaixador chinês Xu Feihong, em que as relações entre Índia e China passaram para um “*novo patamar de desenvolvimento*”, mas ainda há uma “*grave falta de confiança*” a ser superada.

4. O PAPEL DO BRASIL: A DIPLOMACIA DA PROXIMIDADE COMO FATOR DE EQUILÍBRIO

Com efeito, é neste cenário de “cautela e cálculo” que entendo que o Brasil pode exercer a sua maior contribuição ao BRICS. Novamente apoio minha asserção em nossa tradição diplomática focada na construção de consensos, haja vista que nosso país possui ativos singulares para atuar como mediador, senão vejamos:

Capacidade de Diálogo: O Brasil é reconhecido por sua “diplomacia presidencial” e pela habilidade em construir relações bilaterais com base na “proximidade, intensidade e frequência”. Essa expertise, herdada da complexa construção de suas fronteiras, permite-lhe atuar como um interlocutor confiável.

Distância Física e Psicológica: Geograficamente distante dos focos de tensão asiáticos, o Brasil não possui ambições estratégicas na região, apenas comerciais, o que lhe confere isenção e credibilidade para propor soluções.

Co-fundador do BRICS: Como um dos membros fundadores, o Brasil defende a reforma da governança global e o fortalecimento do Sul Global, alinhando-se aos interesses de ambos os países.



O Brasil ocupa uma posição singular no BRICS: é o único membro sem rivalidade bilateral com os outros integrantes. Essa isenção, combinada com uma tradição diplomática de mediação e construção de consenso, faz de Brasília o interlocutor natural para desatar os nós que ameaçam o bloco. O desafio é converter essa vantagem estrutural em iniciativa concreta, antes que as tensões sino-índianas inviabilizem o próprio mecanismo multilateral.

Sob a égide destes argumentos, o Brasil pode mediar a construção de acordos de transparência e confiança, garantindo que a Índia possa se aproximar do Ocidente sem que isso seja interpretado como uma ameaça à China, e vice-versa.

5. CAMINHOS PARA O FUTURO: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS

Com a 18ª Cúpula do BRICS marcada para setembro de 2026 em Nova Délhi, sob a presidência indiana, a agenda estará centrada no fortalecimento do bloco ampliado.

No entanto, persistem desafios como:

Disputas no Setor de IA e Semicondutores: A corrida tecnológica adiciona uma nova camada de competição.

Cinco Potências Nucleares: A região abriga cinco países com armas nucleares (incluindo China, Índia e Paquistão), tornando catastrófico qualquer potencial conflito.

Daí as estratégias diplomáticas entre China e Índia se alternarem entre o confronto e a cooperação tática. Como indica a análise de especialistas, a reaproximação é, por ora, tática e não estratégica, com ambos os países preferindo administrar as crises a resolvê-las definitivamente, evitando um conflito aberto que inviabilizaria o crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do texto apresentado, pode-se concluir que os 20 anos do BRICS mostram que o bloco não é apenas um fórum econômico, mas um palco onde se desenha a nova ordem mundial. A relação China-Índia, embora tensa, é o motor que impulsiona o grupo e ao mesmo tempo causa preocupação com a segurança internacional, já que a região possui cinco países nucleares.

Para avançar, o BRICS precisa transformar a interdependência forçada em confiança estratégica, um desafio central para qualquer Sistema Regional de Segurança Coletiva.

Nesse processo, insisto, a expertise diplomática do Brasil, pragmática, ponderada e com foco no desenvolvimento civilizacional, é essencial para mediar os interesses divergentes e garantir que o bloco não se fragmente sob o peso das disputas bilaterais, mas se fortaleça como um pilar da multipolaridade, tornando realidade a promessa de uma ordem internacional mais estável e cooperativa.

Reitero: enquanto conflitos militares e geopolíticos grassam no planeta, o desenvolvimento espiritual e material das sociedades e dos povos vão sendo colocados de escanteio, alijando

as sociedades de experimentar em toda sua extensão e profundidade o “dom da vida” conferido pelo Criador.

REFERÊNCIAS

KUPCHAN, Charles; KUPCHAN, Clifford. *The Promise of Collective Security*. International Security, Vol. 20, nº. 1, pp. 52-61, 1995. <https://pt.scribd.com/document/217658304/The-Promise-of-Collective-Security-Charles-a-Kupchan>.

BAJPAEE, Chietigj. *China-India rapprochement is tactical, not strategic*. East Asia Forum, 25 de maio de 2026. <https://eastasiaforum.org/2026/05/25/china-india-rapprochement-is-tactical-not-strategic/>.

GUPTA, Rishi. *Caution and calculus: How India sees China in 2026*. Think China, 20 de janeiro de 2026. <https://www.thinkchina.sg/politics/caution-and-calculus-how-india-sees-china-2026>.

O embaixador chinês Xu Feihong afirmou que as relações entre Índia e China passaram de uma fase de “redefinição e recomeço” para um “novo patamar de desenvolvimento”, ressaltando a necessidade de uma normalização completa e de se abordar a “grave falta de confiança” entre os dois países. *India-China relations have reached ‘new level of development’: Chinese Ambassador Xu Feihong*. The Hindu Huddle. The Hindu (YouTube Channel), 6 de junho de 2026. https://youtu.be/gF0SyzHNe34?si=tUZ2b4uSOz5o58J_.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização prévia.

**Carlos Alexandre Klomfahs é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*
